

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**ROSICLEIA DE SÁ PEREIRA FERNANDES**

**INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS SALAS  
DE AULA REGULARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM JOÃO  
PESSOA-PB**

**JOÃO PESSOA-PB  
2017**

**ROSICLEIA DE SÁ PEREIRA FERNANDES**

**INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS SALAS DE AULA  
REGULARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM JOÃO PESSOA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia na Modalidade a Distância, do  
Centro de Educação da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito institucional para  
obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Maria Luciene Ferreira  
Lima

**JOÃO PESSOA-PB  
2017**

F363i Fernandes, Rosicleia de Sá Pereira.

Inclusão social de crianças com deficiência nas salas de aula regulares de uma escola pública em João Pessoa-PB / Rosicleia de Sá Pereira Fernandes. – João Pessoa: UFPB, 2017.

35f.

Orientadora: Maria Luciene Ferreira Lima  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - modalidade a distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Escola. 2. Criança com deficiência. 3. Educação inclusiva.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

**ROSICLEIA DE SÁ PEREIRA FERNANDES**

**INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS SALAS DE AULA  
REGULARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM JOÃO PESSOA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de  
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito institucional para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 12/12/2017

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Luciene Ferreira Lima*

Prof.<sup>a</sup>. Maria Luciene Ferreira Lima  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

*Nádia Jane de Sousa*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nádia Jane de Sousa  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me apoiaram e incentivaram nesta caminhada em busca da minha formação acadêmica, especialmente a minha amada avó, Maria Formiga da Nóbrega (in memoriam), e a toda a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha amada avó, Maria Formiga da Nóbrega (in memoriam), que me ensinou, com seu exemplo de mulher íntegra e guerreira, a lutar pelos meus sonhos, enfrentando as dificuldades com muita fé e agradecendo sempre as vitórias alcançadas.

Aos meus pais, dois professores dedicados, respeitados e muito queridos por seus alunos e colegas de trabalho, que sempre me incentivaram e me mostraram a importância da educação, oferecendo a mim e aos meus irmãos o melhor que podiam e servindo de exemplo para nós, além de todo amor e carinho que sempre nos deram.

Ao meu esposo e aos meus filhos, que me deram, com muito amor e carinho, todo o apoio necessário para conseguir alcançar o meu objetivo.

A todos os professores que muito contribuíram com a construção do conhecimento em todo o decorrer do curso, especialmente a minha orientadora Maria Luciene Ferreira Lima e à professora Idelsuíte de Sousa Lima, que me orientaram na construção desta pesquisa com muito carinho e atenção.

A todos os tutores presenciais e demais funcionários do Polo UAB João Pessoa, que sempre nos atenderam com muita atenção e carinho.

As minhas colegas de curso, que tanto me ajudaram e me deram forças nas horas mais difíceis da caminhada.

E a todos os meus amigos, que me incentivaram e entenderam a minha ausência nestes anos de correria para conseguir conciliar trabalho, estudo e todas as atribuições de uma dona de casa e mãe de família.

*"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças."  
(Mantovan)*

## RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a forma como o processo de inclusão de crianças com deficiência está acontecendo nas salas de aula regulares de uma escola pública de João Pessoa-PB e tem como objetivos específicos refletir sobre o papel da gestão pedagógica no processo de construção de escolas inclusivas, identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar com essa inclusão e comparar a forma como esse processo está ocorrendo na escola pesquisada com as recomendações de documentos oficiais a esse respeito. O interesse da pesquisa surgiu com situações vivenciadas no trabalho com reforço escolar, onde algumas vezes acompanhamos alunos com deficiências, tendo um caso específico de um aluno como maior motivador. Brennan e Rossi (2011), Dall'Acqua e Vitaliano (2012), Foucault (2001), Gerhardt e Silveira (2009), Godoy (1995), Gomes e Terra (2013), Libâneo (2008), Mantoan (2005), Moehlecke (2009), Sánchez (2005) e Veltrone e Mendes (2007) foram os autores norteadores do estudo, além do PPP da escola pesquisada e das seguintes leis e documentos oficiais: Censo Escolar da Educação Básica 2016 Notas Estatísticas/2017; Constituição da República Federativa do Brasil/1988; Declaração de Salamanca/1994; Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, Despacho conjunto nº 373/2002; Lei Brasileira de Inclusão: Lei nº 13.146/2015; Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.035/2015; Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 e Referenciais para formação de professores/2002. Trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa, baseado em uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública do bairro de Mangabeira, em João Pessoa-PB e a análise da mesma parte de um questionário respondido por profissionais da escola pesquisada, sendo eles a diretora, a coordenadora pedagógica e três professores com alunos com deficiências em suas salas de aula. Os resultados das análises permitiram constatar que o processo de inclusão de crianças com deficiências nas salas de aula regulares ocorre, na escola pesquisada, conforme recomendam as leis que tratam do assunto em nosso país, apesar de ainda existirem algumas dificuldades que precisam ser trabalhadas para melhorar ainda mais esse processo, como a parceria com as famílias e a formação continuada dos profissionais.

**Palavras-chave:** Escola; Crianças com deficiência; Educação inclusiva.

## ABSTRACT

The present research intends to analyze how the process of inclusion of children with disabilities is happening in regular classrooms of a public school in João Pessoa/PB, having the specific objectives of on the role of pedagogical management in the process of building inclusive schools, identify the biggest difficulties teachers face in working with this inclusion, an compare how this process is taking place in the researched school with the recommendations of officials documents in this regard. The interest of the research emerged from situations experienced in work with school reinforcement, where sometimes we accompany students with disabilities, having a specific case of a student as a major motivator. Brennan and Rossi (2011), Dall'Acqua and Vitaliano (2012), Foucault (2001), Gerhardt and Silveira (2009), Godoy (1995), Gomes and Terra (2013), Libâneo (2008), Mantoan (2005), Moehlecke (2009), Sánchez (2005), Veltrone and Mendes (2007) were the guiding authors of the study, besides the PPP of the studied school and of the following laws and official documents: School Census of Basic Education 2016 Statistical Notes/2017; Constitution of the Federative Republic of Brazil/1988; Declaration of Salamanca/1994; Decree nº 6.949, of August 25, 2009; Joint Order No. 373/2002; Brazilian Inclusion Law: Law 13,146/2015; Law of Directives and Bases of Education: Law nº 9.394/96; Law No. 13,005/2014; Law no. 13.035/2015; Resolution No. 4, of October 2, 2009 and Reference for teacher training/ 002. This is a qualitative approach, based on a field survey conducted at a public school in the neighborhood of Mangabeira, in João Pessoa/PB, and the analysis parts of a questionnaire answered by professionals from the researched school as director, pedagogical coordinator and three teachers with students with disabilities in their classrooms. The results showed that the process of inclusion of children with disabilities in regular classrooms in the remain school occurs as recommended by the laws that deal with the subject in our country, although there are still some difficulties that need to be worked to further improve this process, such as partnership with families and continuing education of education professionals.

**Key words:** School; Children with disabilities; Inclusive Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

PB - Paraíba

PME - Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEM - Salas de Recursos Multifuncionais

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA</b> .....	13
1.1. Diversidade, Inclusão Social e Educação .....	13
1.2. Preparo dos profissionais da educação para a inclusão social na escola .....	17
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	21
<b>3. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS</b> .....	22
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>APÊNDICE</b> .....	35

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre o tema “Inclusão social de crianças com deficiência nas salas de aula regulares de uma escola pública em João Pessoa-PB” e foi direcionada à forma como o mesmo, que é de extrema importância para toda a sociedade, vem sendo tratado em uma escola municipal localizada no bairro de Mangabeira, João Pessoa-PB, através de um estudo de campo realizado na referida escola, com a utilização de um questionário como instrumento para a coleta de dados.

Desde muito pequenas, as crianças com deficiência costumam conviver com atitudes de preconceito na escola, seja em sala de aula ou em qualquer outro ambiente da instituição, mesmo que seja apenas na forma de brincadeiras, que muitas vezes acabam sendo transformadas em bullying. A criação de projetos educacionais para a inclusão social de alunos com deficiência e a forma como esses projetos são realizados nas escolas são essenciais para que haja uma educação que incentive o respeito às diferenças e o fim do preconceito, seja ele de qual forma for.

A inclusão social na escola é um tema de grande relevância no mundo contemporâneo que teve significativos avanços ao longo dos últimos anos no mundo inteiro. O Brasil acompanha esses avanços e insere cada vez mais a inclusão social nas suas leis e referenciais para a educação.

A escola inclusiva precisa se tornar uma realidade em todos os lugares, pois traz muitos benefícios para todas as pessoas envolvidas. De acordo com Mantoan (2005), numa escola inclusiva o respeito às diferenças é uma lição que tanto professores quanto alunos aprenderão. Ambos se beneficiarão com essa lição que deve ser disseminada por toda a nação e a escola é o melhor lugar para que essa disseminação ocorra.

O interesse pelo tema em questão teve origem em situações vivenciadas na minha experiência profissional como professora de reforço escolar, onde algumas vezes acompanho alunos com deficiência. Um deles, que já havia passado por diversos especialistas e educadores que o achavam incapaz de conseguir aprender a ler, despertou em mim a vontade de aprender mais para ajudar da melhor forma possível na aprendizagem de alunos como ele. Apesar de todas as dificuldades, com muita dedicação, carinho, paciência e confiança, juntos, conseguimos obter êxito. Este aluno conseguiu aprender a ler e segue seus estudos em uma escola regular, apesar de ter algumas limitações e certa dificuldade de concentração, por ter nascido com sérios problemas de saúde, entre eles problemas neurológicos que dificultam sua dicção, audição, visão e coordenação motora, dificultando também a sua aprendizagem. O

trabalho realizado com o mesmo motivou o meu interesse em aprofundar estudos sobre a inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula convencionais, gerando a presente pesquisa.

São muitas as dificuldades referentes à inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula das escolas regulares e, para saber como essa questão está sendo tratada em uma delas, que é uma escola pública de João Pessoa-PB, e o que está sendo feito para que haja realmente inclusão social dessas crianças em sala de aula, nesta escola, esta pesquisa utilizou a seguinte questão: “Como o processo de inclusão de crianças com deficiência está acontecendo nas salas de aula regulares de uma escola pública de João Pessoa-PB?”.

Para responder a essa questão, elegemos como objetivo geral analisar a forma como o processo de inclusão de crianças com deficiência está acontecendo nas salas de aula regulares de uma escola pública de João Pessoa-PB e, como objetivos específicos, refletir sobre o papel da gestão pedagógica no processo de construção de escolas inclusivas, identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiência em sala de aula e comparar o processo da inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula regulares da escola pesquisada com as recomendações de documentos oficiais a esse respeito.

Para atender nossos objetivos, e tentar responder nossos questionamentos iniciamos com este capítulo introdutório, no qual expressamos as primeiras ideias sobre o tema central, os objetivos do estudo desenvolvido e apresentamos a importância do tema para nossos estudos. Em seguida, trazemos a fundamentação teórica e, nesta seção, abordamos dois temas que anunciam o aporte teórico escolhido, sobre o qual está alicerçada esta pesquisa. Na continuidade, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados, a análise dos dados coletados e, por fim, as nossas considerações finais.

A pesquisa justifica-se pelo interesse no assunto e pela necessidade de reflexão sobre o mesmo, não só para profissionais da educação, como para qualquer cidadão preocupado com o futuro educacional do seu país, pois, apesar dos avanços, a inclusão social de crianças com deficiência nas salas de aula regulares ainda não acontece em todas as escolas brasileiras como realmente deveria.

É uma pesquisa viável, pois os seus sujeitos são pessoas diretamente ligadas à educação, podendo a mesma trazer contribuições significativas, mostrando a realidade de uma escola pública da cidade de João Pessoa em relação ao tema pesquisado e gerando reflexões sobre o mesmo e sobre o que poderia ser feito para melhorar essa realidade.

De acordo com as leis brasileiras, a escola, como instituição educacional que faz parte do contexto social, deve proporcionar educação de forma igualitária para todo e qualquer cidadão, independente de etnia, cor ou deficiência, entre outras diversidades. Infelizmente, na prática, a grande maioria das nossas escolas ainda não está preparada para oferecer essa educação igualitária, conhecida como inclusiva, e muita coisa ainda precisa ser feita para que ela seja muito mais do que um conjunto de leis com impossibilidades de aplicação, por falta de políticas públicas compromissadas com a sociedade e com o respeito aos direitos da mesma e de governantes com o mesmo compromisso, pois de nada adiantarão as políticas públicas se os governantes não disponibilizarem recursos para que elas possam ser aplicadas. Por esse motivo, projetos de pesquisa nesta área são muito relevantes. Eles podem contribuir para o alcance da tão sonhada educação de qualidade para todos, através das reflexões abordadas pelos mesmos e das ideias que possam transmitir.

A diversidade sempre existiu e deve ser respeitada e a inclusão social é essencial para que esse respeito aconteça, de fato. A educação, que é imprescindível para a formação de cidadãos conscientes, é o melhor caminho para a disseminação da inclusão social, por isso é de extrema importância saber como a inclusão social de crianças com deficiência está sendo inserida na mesma. É através dela, que pessoas excluídas do contexto social podem elevar sua autoestima e conseguir conviver igualmente com todas as outras pessoas.

## 1. INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

### 1.1. Diversidade, Inclusão Social e Educação

O termo “diversidade”, segundo Moehlecke (2009), “[...] ao mesmo tempo em que pode indicar a percepção quase que óbvia da própria variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade, traz em si um conjunto múltiplo e complexo de significados.” Ainda de acordo com a referida autora,

No campo das ciências sociais, o termo é utilizado, em geral, para descrever a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea, em oposição ao modelo de Estado-nação moderno, liberal e ocidental, que se afirmou “sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individuais.” (HALL, 2003, p.52 apud MOEHLECKE, 2009, p. 463).

A diversidade está diretamente relacionada à inclusão social, que é o melhor caminho para se chegar ao tão sonhado respeito à diversidade, e a educação pode ser uma grande colaboradora para se trilhar esse caminho, onde todos possam aprender desde pequenos sobre a importância de se respeitar o outro como ele é, com suas diferenças e limitações. De acordo com Moehlecke (2009),

Em sintonia com o discurso do Governo Lula em sua primeira gestão, o MEC define a inclusão social como um dos quatro eixos estratégicos de sua política educacional. Se slogans como “Brasil, um país de todos” serviram de marca para o governo, eles também ganharam versões para o setor educacional como, por exemplo, “Educação para Todos” e “Todos juntos para democratizar a educação”. Compreende-se a educação como um espaço privilegiado para a inclusão social, perspectiva que orienta a própria reorganização do MEC a partir do início de 2003. (MOEHLECKE, 2009, p. 467).

Hoje em dia, muito se discute sobre diversidade e inclusão social, especialmente na educação, mas nem sempre foi assim. Em outras épocas, pessoas com deficiência, vistas como “anormais”, que, de acordo com Foucault (2001), são pessoas que fogem do padrão do que se enquadra na normalidade da sociedade em relação a comportamento e estrutura social, eram excluídas do convívio social e tratadas com certo preconceito. Com o desenvolvimento do capitalismo, porém, a ciência passou a se interessar por estudos relacionados a essas pessoas, mas ainda assim elas continuaram a ser tratadas com um certo desprezo pela sociedade.

Durante muito tempo, estudos foram realizados e escolas especiais foram criadas com o intuito de ajudar na educação de pessoas com deficiência, até que se chegasse à conclusão

de que o melhor para o desenvolvimento dessas pessoas e para toda a sociedade seria uma educação inclusiva, onde todos pudessem interagir no mesmo ambiente, trocando experiências e aprendendo juntos, sem nenhuma discriminação.

Em 1994, o governo espanhol promoveu, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que teve como resultado a criação de um dos principais documentos relacionados à educação inclusiva no mundo, intitulado como Declaração de Salamanca, que norteia os caminhos e as atitudes necessárias para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todas as pessoas.

De acordo com a Declaração de Salamanca,

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17-18).

A partir da criação desse documento, muitos países, entre eles o Brasil, passaram a se preocupar cada vez mais com a inclusão social na educação e várias leis e diretrizes foram criadas para oficializar essa inclusão nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, enfocando no capítulo V o direito à educação especial ligada ao ensino regular, estabelecendo as obrigações do poder público em relação a esse direito das pessoas com deficiências especiais foi o marco inicial para as demais conquistas no âmbito educacional para todas as modalidades de ensino, inclusive a educação especial.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, até o atual governo, muitos programas educacionais referentes à diversidade e à inclusão social foram criados no Brasil, especialmente no governo Lula, trazendo muitos avanços para essa questão. Uma grande conquista nesse sentido foi a aprovação do Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009 que Promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007<sup>1</sup>, seguido da Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o

---

<sup>1</sup>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoas_com_deficiencia.pdf)>. Acesso em 05 de dez. de 2017.

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (AEE), modalidade Educação Especial, garantindo o acompanhamento “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”, seguida da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que trata dos direitos das pessoas com deficiência, garantindo em seu Capítulo IV, que se refere ao direito à educação, o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino para essas pessoas, que em janeiro de 2016 entrou em vigor no Brasil. Essas leis e diretrizes são muito bem elaboradas, mas ainda estão longe de serem realmente cumpridas na prática, devido a muitos fatores, como a falta de políticas públicas responsáveis com a sociedade, a falta de verbas e de administração séria e competente, entre outros. Apesar da nossa Constituição (1988, art. 205) garantir o direito ao acesso de todos a uma educação de qualidade, ainda estamos longe de ver o total cumprimento desse direito na prática.

Temos consciência que as leis, por si só, não conseguem resolver todas as lacunas existentes em nosso sistema educacional. A grande maioria das escolas públicas Brasileiras não consegue oferecer estrutura e acompanhamento adequados para que as leis sejam realmente cumpridas, mas não podemos perder a esperança de que um dia isso possa virar realidade e devemos continuar fazendo a nossa parte, participando das conferências, propondo melhorias e acompanhando a execução das políticas públicas, especialmente nós educadores que somos conhecedores desses dispositivos legais.

Nessa perspectiva, outro grande avanço foi a realização das conferências municipais, estaduais e a nacional, que contou com a participação da sociedade civil organizada, seguida da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). O mesmo estabelece que

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

(...)

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil. (PNE, 2014-2024, art. 8º, § 1º, inciso III; § 2º).

Para atender a proposta nacional, João Pessoa realizou sua conferência municipal com representantes da sociedade civil organizada, apresentou suas propostas, que foram sistematizadas em seu Plano Municipal de Educação<sup>2</sup>, e traçou metas e Estratégias que devem ser realizadas no prazo de dez anos. Observando o diagnóstico apresentado para educação especial constatamos que o município de João Pessoa atende 85,1% de alunos matriculados na educação especial. Para que este percentual atinja os 100% foi estabelecida 01 (uma) meta e 11 (onze) estratégias, algumas descritas abaixo:

Meta 5: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com transtorno do espectro autista e deficiência, transtorno altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, como a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Estratégias: 5.1 Efetivar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a matrícula dupla dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado (AEE) complementar ou suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular; 5.2 Promover, no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) à demanda manifestada pelas famílias de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, com idade inferior e superior à faixa etária de escolarização obrigatória; [...] 5.7 Estimular, nos ambientes próprios, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com Plano Municipal da Educação 44 vistas à promoção do processo de ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação; 5.8 Garantir o acompanhamento de um cuidador, para os estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista que apresentem dificuldades na locomoção, higiene e alimentação; 5.9 Disponibilizar materiais e espaços adaptados às necessidades dos estudantes com deficiências; 5.10 Assegurar a permanência da pessoa com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD e altas habilidades/superdotação na escola, disponibilizando auxílio profissional especializado; 5.11 Colaborar com os Sistemas de Avaliação e definição para o aperfeiçoamento da política voltada para a Educação Inclusiva; (PME, 2015-2025, pp. 43-44).

Percebemos que as leis brasileiras amparam legalmente a educação inclusiva e traçam metas ambiciosas para este fim, a exemplo da meta 5.1 que se propõe a duplicar o número de matrículas nessa modalidade de ensino. Ora, se não estão conseguindo sequer atender a 100%, como conseguirão dobrar a sua oferta? Isso só comprova que a prática muitas vezes se distancia do que dizem as leis, deixando evidente que nenhuma das partes envolvidas está satisfeita, sejam os pais ou alunos, que esperam ter tudo o que as leis garantem para os mesmos, ou os próprios profissionais da educação, que na maioria das vezes não se sentem

---

<sup>2</sup> Lei Ordinária 13.035 de 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/dadospublicos/?p=327>>. Acesso em 27 de nov. de 2017.

preparados como realmente deveriam para a realidade de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O despreparo das nossas escolas acaba fazendo com que os alunos com deficiência sintam-se em desvantagem e achem que recebem um tratamento desigual.

Sánchez (2005) defende que haja um sistema educacional único para todos, na educação inclusiva, porém, sabemos que precisamos respeitar as diferenças, pois cada um tem suas limitações para conseguir aprender. E incluir não é necessariamente fazer com que o outro sintam-se igual ou tenha que viver de acordo com os padrões da sociedade, mas sim fazer com que a sociedade se modifique para respeitar e atender as diferenças, adequando-se às mesmas.

## 1.2. Preparo dos profissionais da educação para a inclusão social na escola

O preparo dos profissionais da educação para a inclusão social na escola é de extrema importância para que essa inclusão seja feita de forma correta e satisfatória, de acordo com as leis referentes ao tema, especialmente no que se refere a alunos com deficiência. De nada adiantarão as leis e as políticas públicas educacionais se não houver um preparo adequado desses profissionais. De acordo com Gomes e Terra (2013),

São os professores que essencialmente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional, brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente a todos os seus alunos, inclusive, alunos com NEE, visando transpor todas as dificuldades existentes na sua inserção e inclusão à rede regular de ensino. (GOMES; TERRA, 2013, p. 113).

E os gestores das instituições de ensino precisam ficar atentos para que os professores busquem a continuidade da sua formação, ampliando a todo momento os seus conhecimentos para assim conseguirem êxito nesta difícil tarefa. Segundo Gomes e Terra (2013),

[...] a formação inicial e continuada dos docentes frente ao processo de inclusão escolar são variáveis e premissas decisivas para o sucesso e a efetivação das leis inclusivas de nossas instituições escolares, assim conhecê-las torna-se uma necessidade imperativa, na construção de uma educação mais justa e verdadeiramente inclusiva, no respeito à diversidade e diferença dos educandos. (GOMES; TERRA, 2013, p. 113).

É importante que os educadores conheçam as leis inclusivas e aprendam a lidar de forma correta com a inclusão educacional para que consigam ajudar os alunos com NEE, cujo número nas escolas convencionais aumenta a cada dia, a obterem sucesso na sua

aprendizagem e também a se sentirem realmente incluídos no contexto educacional. De acordo com Dall'acqua e Vitaliano (2012),

Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação, o censo escolar de 2006 indicou que temos 46% das matrículas dos alunos com NEE no ensino regular, em classes comuns (BRASIL, 2008), no entanto, pesquisas comprovam que os professores e a equipe gestora das escolas estão vivenciando muitas dificuldades para ensinar tais alunos, em razão, sobretudo, de seu despreparo profissional. (HUMMEL, 2007; VITALIANO, 2010; OLIVEIRA, SANTOS, 2011; apud DALL'ACQUA; VITALIANO, 2012, p. 104).

Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação, do censo escolar de 2016, “79,2% dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades do ensino fundamental estão incluídos em classes comuns”. Houve um aumento significativo do número de alunos com deficiências matriculados no ensino regular, comparando esses dados com os dados citados de 2006. “As regiões Nordeste e Norte apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente”. (BRASIL, Notas Estatísticas, Censo Escolar da Educação Básica 2016, págs. 11 e 14).

Muitas vezes a dificuldade maior dos professores é com a sua própria formação inicial, que geralmente deixa a desejar na questão do preparo para a inclusão educacional. Em relação a essa dificuldade, Rodrigues (2005) apud Dall'acqua e Vitaliano (2012) comenta:

Em termos da formação inicial, continuamos a verificar que muitos cursos de formação de professores não desenvolvem a área das necessidades educativas especiais ou, por vezes, mesmo a omitem. Quando não é omitida, encontramos nos programas uma concentração em casos de deficiência, muitas vezes severos, que podem ter um efeito contrário ao que se pretende com a inclusão: esta formação “assusta” o futuro professor e acaba por lhe proporcionar fundamento para a sua dificuldade em aceitar casos com características semelhantes aos casos que lhe foram apresentados na formação. (RODRIGUES, 2005, p. 56-55 apud DALL'ACQUA; VITALIANO, 2012, p. 104).

Hoje em dia alguns cursos, como o de Pedagogia, por exemplo, já disponibilizam disciplinas voltadas ao preparo dos profissionais da área para a inclusão educacional, porém ainda estamos longe de ter o preparo profissional adequado para uma tarefa de tamanha importância. De acordo com Veltrone e Mendes (2007),

[...] os cursos de formação de professores devem também contemplar a problemática das mudanças atitudinais. Os professores, a comunidade escolar, as famílias, a sociedade em geral devem mudar suas concepções a respeito da diversidade, diferença e deficiência. Todos os alunos devem ser vistos como capazes e suas

peculiaridades durante o processo de escolarização não devem ser transformadas em deficiências ou características perjurativas. Situações de preconceito e estigma devem ser banidas no âmbito escolar, principalmente com relação a capacidade do aluno de participar das atividades de escolarização. (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 7).

Espera-se que o preparo dos educadores para lidar com a diversidade e a inclusão educacional seja cada vez melhor, de acordo com as leis e diretrizes criadas para fazer com que isso ocorra, e que a inclusão educacional ajude a acabar de vez com preconceitos que se arrastam por longos anos na história da humanidade. Sabe-se, porém, que só as leis e diretrizes não resolvem a questão. Também é essencial termos políticas públicas e investimentos que possibilitem o preparo dos educadores e uma estruturação adequada das escolas, para que assim possa ser possível o oferecimento de uma educação inclusiva de qualidade para todos os tipos de educandos.

De acordo com os Referenciais para Formação de Professores (2002), as ações dos professores tem influência significativa na formação pessoal e cidadã dos seus alunos, necessitando assim que esses profissionais sejam capazes de compreender as questões sociais e contemporâneas que envolvem a si mesmos e aos seus alunos, para que haja realmente educação de qualidade para todos, com todo tipo de inclusão social, por isso é tão importante prepará-los bem para que possam atuar de forma efetiva com a realidade da diversidade, dando-lhes suporte para realizar seu trabalho com segurança, preparando-os para lidar com todas as situações que possam surgir no dia a dia do seu ambiente de trabalho. O artigo 12 da Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 especifica que para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Porém, este desafio não depende só da vontade e interesse do professor, faz-se necessário uma política de formação e valorização dos professores, ou seja, oferecer a formação e adequar os planos de formação municipais para as devidas progressões por capacitação.

Libâneo (2008, p. 174) afirma que “Não se pode decretar uma educação inclusiva em que não se distinguem tipos de diversidades ou desigualdades e não se pergunte se a escola e os professores dão conta de fazer isso.” A diversidade existe e todos os profissionais da educação precisam ter um bom preparo para trabalhar a mesma de forma que a educação seja, de fato, inclusiva.

A meta 15 (quinze) do PNE (2014-2024) traz como desafio, garantir em regime de colaboração entre União, Estados, o Distrito federal e os municípios, a implementação de uma política nacional de professores da educação básica com “programas específicos para

formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a **educação especial**” (PNE, 2014-2024, Meta 15.5. Grifos nossos).

No Plano Municipal de Educação de João Pessoa, o desafio proposto é

Expandir, na vigência deste PME, salas de recursos multifuncionais (SRM) e fomentar a formação continuada de professores (as) para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas urbanas, do campo, população moradora de rua, indígenas e de comunidades quilombola e cigana. (PME, 2015-2025).

Portanto, o desafio está posto, como já salientamos, as metas são ousadas e será preciso um grande esforço e comprometimento da gestão municipal para cumpri-las. Cabe também a cada um de nós, acompanhar e cobrar dos gestores, ações concretas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes matriculados na educação especial.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa, que, de acordo com Godoy (1995, p. 21), “[...] hoje em dia [...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), esse tipo de pesquisa “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Muito se comenta hoje em dia sobre a inclusão social de crianças com deficiência e esse tipo de pesquisa ajudará na análise do desenvolvimento dessa inclusão na escola, analisando situações reais sobre esse tema tão essencial para uma sociedade justa e democrática, onde os direitos são iguais e devem ser respeitados por todos.

A pesquisa, que envolveu ambientes escolares, teve como sujeitos cinco educadores de uma escola pública de João Pessoa-PB, sendo eles a diretora, a coordenadora pedagógica e três professores com alunos com deficiência em suas salas de aula. Não serão mencionados os seus nomes e nem o nome da escola pesquisada. Os sujeitos serão identificados pelo cargo exercido na escola e, no caso dos professores, por serem três no total, terão ainda a identificação através das letras A, B e C.

Para a coleta de dados da pesquisa, o instrumento utilizado foi o questionário, previamente elaborado com questões abertas que favoreceram o alcance dos objetivos propostos. De acordo com Brennan e Rossi, organizadores (2011, p. 650), o questionário “é um dos mais estratégicos meios para reunir informações sobre as características de sujeitos, grupos e comunidades”.

O questionário foi o mesmo, contendo as mesmas questões, para todos os sujeitos da pesquisa e foi respondido na escola observada, em horários previamente combinados, de acordo com a disponibilidade de cada um deles.

Após a obtenção dos questionários respondidos, as informações foram organizadas para compor o corpus documental a partir do qual foi feita a análise.

A análise dos dados foi feita através de estudo das respostas concedidas pelos sujeitos da pesquisa, comparando as informações dadas com os objetivos propostos, com leis referentes ao tema e com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada.

### 3. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A inclusão social de crianças com deficiência nas salas de aula convencionais é defendida por lei no Brasil e a reflexão sobre esse tema de grande relevância é essencial para que essa inclusão seja feita de forma satisfatória, pois a mesma traz avanços significativos para o desenvolvimento dessas crianças. Em pesquisa ao Censo Escolar de 2016 pudemos constatar que, de um universo de 48.817.479 matrículas no Brasil inteiro, tivemos um total de 27.588.90 alunos matriculados no ensino fundamental, destes 971.372 na modalidade Educação Especial, sendo 174.886 matriculados em classes especiais e escolas exclusivas e 796.486 matriculados em classes regulares. (BRASIL, Notas Estatísticas, Censo Escolar da Educação Básica 2016, Pág. 11).

A Escola escolhida para esta pesquisa é de natureza pública e fica localizada no bairro de Mangabeira na cidade de João Pessoa-PB. Oferece Ensino Fundamental Regular (do 1º ao 9º ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), sendo 10 turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no turno da manhã, 10 turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no turno da tarde e 5 turmas da modalidade EJA Ciclo Alfa (Ciclos I, II, III e IV) no turno da noite. Entre os 760 alunos matriculados nesta escola, 62 são alunos com deficiência, sendo 12 destes, inseridos em três turmas do ensino fundamental, nas quais este trabalho se deteve, sendo 2 deles na sala da professora identificada nesta pesquisa como professora A (1 com Deficiência Intelectual e um com Transtorno do Espectro Autista), 5 na sala da professora identificada nesta pesquisa como professora B (3 com Deficiência Intelectual, 1 com Paralisia e 1 com Distrofia Muscular Progressiva Duchenne) e 5 na sala do professor identificado nesta pesquisa como professor C (1 com Transtorno do Espectro Autista, 1 com Deficiência Intelectual e 3 com Síndrome de Down).

No geral, as deficiências que a escola atende, no momento, são:

- Transtorno do Espectro Autista (11 alunos);
- Deficiência Intelectual (22 alunos);
- Distrofia Muscular Progressiva Duchenne (1 aluno);
- Neuropatia Auditiva (1 aluno);
- Síndrome do Cromossomo Frágil (1 aluno);
- Surdez (12 alunos);
- Transtornos Mentais (2 alunos);
- Transtornos Globais do Desenvolvimento (2 alunos);

- Síndrome de Down (3 alunos);
- Paralisia (7 alunos).

A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE), intérpretes e cuidadores que auxiliam os professores na educação desses alunos. Nem todos os professores da escola têm formação específica em Educação Especial, por isso esse auxílio é de extrema importância para que eles consigam trabalhar com esses alunos de forma adequada, embora o ideal seria que eles tivessem essa formação.

A escola possui 10 salas de aula, 1 sala para diretoria, 1 secretaria, 1 sala para Coordenadoria Pedagógica, 1 sala para professores, 1 sala de informática 1 sala de vídeo, 1 sala para cinema, 1 sala para AEE (Atendimento à Educação Especial) e 1 biblioteca. Também possui 1 cozinha, 1 refeitório e 5 sanitários e conta com serviços assistenciais odontológico, médico, psicológico, assistente social e pedagógico, através de um programa de acompanhamento do PSF (com vacinação, teste de visão e acompanhamento da saúde da criança). Seus serviços multimeios (1 biblioteca/sala de leitura, 1 sala de informática e 1 sala de vídeo), funcionam com frequência. Na instituição existe área livre para recreação, dependências sanitárias adequadas às crianças, com sanitários adequados e adaptados para crianças com deficientes e também acessibilidade para as mesmas.

Como recursos e equipamentos didático-pedagógicos, a escola possui televisores, vídeo/DVD, aparelhos micro system, microcomputador e Data show. Todos funcionam de acordo com as necessidades da escola. A escola é referência no atendimento a alunos com deficiência e o PPP da mesma apresenta um tópico exclusivo sobre Educação Inclusiva, no qual apresenta uma proposta elencando “os princípios básicos, concepções pedagógicas e legislação vigente sobre educação inclusiva no âmbito da escola pública brasileira” para a condução da prática pedagógica na Escola. A instituição promove eventos como a celebração do Dia Internacional da Síndrome de Down (21/03), Dia Mundial da Conscientização do Autismo (02/04), Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21/09), Dia Nacional do surdo (26/09) e Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12), com o objetivo de fortalecer a identidade dos alunos com deficiência atendidos na mesma.

Neste tópico da pesquisa, apresentamos a descrição e análise dos dados obtidos por meio de um questionário respondido pela diretora, pela coordenadora pedagógica e por três professores da escola observada. Não serão mencionados os seus nomes e nem o nome da escola pesquisada. Os sujeitos serão identificados pelo cargo exercido na escola e, no caso dos professores, por serem três no total, terão ainda a identificação através das letras A, B e C.

A diretora é graduada em Psicologia, com especialização em Psicopedagogia e mestrado em Educação; a coordenadora é graduada em Pedagogia, com especialização em Gestão Educacional e mestrado em Ciências das Religiões; A professora A é graduada em Serviço Social e atualmente está cursando mestrado em Educação; A professora B é graduada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e mestrado e doutorado em Políticas Educacionais; e o professor C é graduado em Pedagogia, com especialização em Educação Inclusiva.

Com relação à questão sobre como está ocorrendo o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula da escola, a diretora respondeu que:

O processo de inclusão dos alunos com NEE tem ocorrido a partir da reestruturação do currículo escolar, na medida em que buscamos contemplar tanto as adaptações no nível da estrutura física da escola, quanto a nossa prática cotidiana em todos os espaços e momentos da educação escolar. Em nível de sala de aula, alguns dos nossos professores têm buscado se atualizar no que tange sua formação continuada. Também observo a preocupação em adequar os conteúdos para que os alunos com NEE aprendam dentro das possibilidades apresentadas pelo seu ritmo de desenvolvimento. Percebo que ainda temos muito a avançar neste sentido, mas também já alcançamos mudanças significativas com relação às práticas inclusivas de nossos professores. (Diretora, 2017).

A coordenadora pedagógica (2017) respondeu que a “escola já trabalha com a inclusão desde 2002, sendo a primeira escola no município” e disse que “os alunos estão na sala regular e têm atendimento no AEE” e que os “profissionais sentem a necessidade de buscar formação” para trabalhar com a inclusão.

A professora A respondeu que:

A escola trabalha incansavelmente na busca de incluir cada vez mais alunos com necessidades especiais. Nossa instituição dispõe de uma sala de recurso com duas psicopedagogas que atendem semanalmente, com aulas individualizadas, em conjunto com as professoras de sala, reforçam os assuntos trabalhados nas salas de aula. Nós, enquanto professoras de sala, temos todo o cuidado de fazer um planejamento específico, para que os mesmos sejam inseridos e possam acompanhar, dentro de suas limitações e possibilidades, tudo o que é dado em sala de aula. As avaliações são adaptadas para que eles possam realizá-las sem grandes dificuldades. (Professora A, 2017).

A professora B (2017) respondeu apenas que a inclusão ocorre “de forma satisfatória, mesmo diante de todas as dificuldades existentes”, mas não acrescentou nenhum detalhe.

O professor C respondeu que:

O processo de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nesta escola tem acontecido conforme preconizado pela Lei 13.146, baseando-se na oferta de condições igualitárias e pautadas pela promoção da cidadania, prezando pelo

respeito às limitações dessas crianças, bem como valorizando seus respectivos avanços e potencialidades. (Professor C, 2017).

Analisando as respostas dadas pelos sujeitos à questão, pode-se concluir que o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula da escola pesquisada está ocorrendo de forma satisfatória. Foi possível chegar a essa conclusão através das respostas dadas, de observações feitas na escola durante estágios realizados na mesma no decorrer do curso, onde foi possível observar o dia a dia da escola, as atividades realizadas e a participação dos alunos nas mesmas, dentro e fora da sala de aula, e das informações contidas no PPP da escola a respeito da educação inclusiva e da estrutura da escola, citadas anteriormente. O direito ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, é defendido pela Constituição Brasileira de 1988 (Art. 208, inciso III), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96, TÍTULO III, art. 4º, inciso III), pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e também pela Declaração de Salamanca (1994) que diz que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades”.

Foi questionado aos sujeitos desta pesquisa se o PPP da escola apresenta algum projeto específico relacionado ao processo de inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de aula e todos responderam que sim. A diretora (2017) disse que o PPP da escola “foi construído pensando nas especificidades da demanda geral dos alunos” da mesma e que, “neste sentido os alunos com NE ganham atenção especial, pois” todos na escola compreendem “que este público requer uma reorganização do currículo escolar como um todo”. O professor C disse que:

O PPP da escola tem sido discutido e executado tendo em vista a realização de ações que busquem a efetivação da educação inclusiva, de tal modo que a escola é considerada uma referência em relação à oferta de uma educação inclusiva para a comunidade na qual está inserida e apresenta uma demanda considerável de matrículas para crianças com necessidades educativas especiais. (Professor C, 2017).

Tivemos acesso ao PPP da escola e observamos que seus objetivos específicos para a educação especial expressam a proposta de

- Garantir a(os) alunos(as) o atendimento educacional especializado conforme o estabelecido pelo Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 e a Resolução nº4 CNE/CEB;
- Garantir o acesso aos recursos oferecidos pela escola;
- Promover mecanismos de envolvimento de todos os profissionais e alunos da escola no processo de inclusão;

- Promover espaços de formação e informação para garantir aos profissionais da escola o acesso ao conhecimento específico sobre as necessidades dos(as) alunos(as) atendidos no AEE;
- Promover a participação dos pais dos(as) alunos(as) no processo de inclusão;
- Promover junto à comunidade um espaço de inclusão;
- Disseminar práticas inclusivas dentro do ambiente escolar;
- Estabelecer pontos de articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
- Promover eventos que fortaleçam a identidade do aluno(a) atendido(a) como a celebração do dia do autismo (dia 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down; dia 02 de abril, Dia Mundial da Conscientização do Autismo; dia 21 de setembro, Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência; dia 26 de setembro, Dia Nacional do Surdo e dia 03 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência). (PPP, 2016, p.65).

Sabemos que eventos como estes citados no PPP da escola são salutares, pois são o ponto inicial para a promoção de momentos de reflexão sobre o direito e o reconhecimento da diversidade dentro do universo escolar. Entretanto, não basta apenas a escola promover eventos anuais, será preciso ir além disso e inserir em sua proposta curricular conteúdos que considerem e contemplem a relação entre a diversidade, a construção da igualdade social e as desigualdades existentes. Felizmente, foi possível constatar, durante as visitas à escola, que os eventos descritos na Proposta Pedagógica são antecidos por diversas atividades realizadas com as crianças, como a leitura de textos referentes aos temas abordados, palestras, exibição de filmes e criação de painéis com poemas e desenhos feitos pelas crianças, que culminam com a realização do evento, onde acontecem amostras dos trabalhos realizados por elas.

Com relação à questão sobre como a coordenação pedagógica da escola acompanha o processo de inclusão de crianças com deficiências nas salas de aula e como orienta os professores para o desenvolvimento desse processo, a diretora deu a seguinte resposta:

Com relação ao acompanhamento deste processo inclusivo, realizamos rotineiramente reuniões pedagógicas a fim de compreendermos e sanarmos em conjunto as dificuldades enfrentadas em sala de aula, também há um trabalho de parceria entre as professoras do AEE, as das salas regulares e a equipe de especialistas e também temos realizado palestras para os professores abordando temáticas pertinentes com relação aos alunos com NEEs, as quais são apontadas pelos próprios professores. (Diretora, 2017).

A coordenadora pedagógica (2017) disse que promoviam “palestras com convidados, estudiosos na área”, buscavam “leitura na área” e trabalhavam “articulados com os profissionais do AEE, os cuidadores e intérpretes”. A professora A (2017) respondeu: “A equipe pedagógica, além de orientar quanto às atividades e avaliações, desenvolve palestras com profissionais habilitados ao tema, mantendo uma formação continuada, nos ajudando a entender e realizar nossas tarefas diárias junto aos nossos alunos com NEE”. A professora B (2017) disse que a coordenação pedagógica “acompanha de perto” o trabalho dos professores

com a inclusão, “auxiliando com ideias e atividades voltadas para as demandas específicas”. E o professor C respondeu da seguinte forma:

O acompanhamento do processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais se dá por meio dos relatórios realizados pelos professores e do acompanhamento das atividades desenvolvidas por estas crianças. Em relação à orientação, esta é feita através dos planejamentos pedagógicos mensais, das formações contínuas e da troca de experiências quando os diferentes profissionais da escola participam de eventos que envolvem esta temática e posteriormente, são organizados espaços para compartilhar as experiências e os conhecimentos adquiridos com os demais profissionais. (Professor C, 2017).

Constatamos, porém, que a coordenação pedagógica da escola acompanha o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula e orienta os professores para o desenvolvimento desse processo de forma adequada, contribuindo assim para o processo de construção de uma escola inclusiva.

Com relação à questão sobre como é feito o acompanhamento pedagógico do desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças na escola, a diretora respondeu da seguinte forma:

Aqui na escola temos o Atendimento Educacional Especial (AEE), no qual, devido à demanda numerosa dos nossos alunos com NEE, o mesmo ocorre semanalmente, de maneira individualizada e/ou coletiva. Nele, os professores especializados buscam perceber através de atividades específicas as habilidades dos alunos e assim repassam para os professores de sala de aula, para que estas habilidades também sejam exploradas nas aulas regulares. Também encaminhamos os alunos aos quais suspeitamos da existência de algum tipo de comprometimento aos especialistas da área clínica. (Diretora, 2017).

A coordenadora pedagógica (2017) disse que este acompanhamento é feito “através de diálogo entre professores e supervisão e de avaliação do desempenho individual de cada um, a cada bimestre”. A professora A (2017) disse que “os alunos têm acompanhamento constante de toda equipe multidisciplinar, professores, orientadores, psicólogos e assistentes sociais, para qualquer resolução de ‘problemas’ ou ajuda nas mais diversas situações”. A professora B (2017) disse que este acompanhamento é feito “em sala pelo professor, que é quem acompanha diariamente seus alunos e consegue avaliar os avanços e necessidades”. O professor C disse que:

O acompanhamento pedagógico em relação ao desenvolvimento da aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais tem sido realizado por meio de avaliações qualitativas e continuadas em relação às atitudes e aos processos de desenvolvimento das atividades realizadas, sejam elas individuais ou em grupo. Além disso, existe o acompanhamento da professora da sala de recursos da escola, que realiza adequação das atividades e utiliza diferentes ferramentas pedagógicas adequadas para cada tipo de necessidade educacional apresentada pelos alunos. (Professor C, 2017).

De acordo com Veltrone e Mendes (2007),

As práticas pedagógicas não são fixas. Elas devem ser moldadas de acordo com o alunado. É necessário, portanto, que os professores saibam organizar situações de ensino-aprendizagem que possam atender, satisfatoriamente, as necessidades educacionais de todo o alunado, inclusive dos com necessidades especiais. (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 5).

De acordo com o desenvolvimento das práticas pedagógicas adotadas pelos professores, levando-se em conta as necessidades dos seus alunos, é que se torna possível avaliar o desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos. A escola pesquisada tem Atendimento Educacional Especial (AEE) que ajuda os professores na elaboração de práticas pedagógicas adequadas aos alunos com necessidades especiais e no acompanhamento pedagógico do desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) diz em seu cap. V, art. 58, § 1º, que deve haver, “quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. De acordo com os sujeitos da pesquisa, os professores da escola pesquisada têm esse apoio, através do AEE da escola.

Com relação à questão sobre as maiores dificuldades enfrentadas por cada um dos sujeitos questionados, de acordo com a função de cada um deles na escola, para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiências nas salas de aula, a diretora respondeu:

Considero que as maiores dificuldades enfrentadas por mim enquanto gestora desta instituição se refere a trabalhar em parceria com as famílias, que muitas vezes nega a NEE do(a) filho(a). Outra dificuldade se refere ao alcance de materiais adequados para aplicação de cunho pedagógico e também ainda enfrentamos dificuldades com relação à resistência de alguns professores no que tange à adaptação do currículo individual de cada aluno. Diretora (2017).

A coordenadora pedagógica (2017) respondeu que suas maiores dificuldades são a “formação inicial insuficiente e falta de tempo para fazer cursos de formação continuada na área, como libras, por exemplo”. A professora A respondeu:

Temos em nossa escola, cuidadores que nos aportam ajuda em sala, com cuidados básicos para o bem-estar do aluno. Para alunos com necessidades auditivas, há intérpretes que facilitam a compreensão professor/aluno, portanto, para mim, não tenho grandes dificuldades, pois tenho apoio dentro e fora da sala de aula. (Professora A, 2017).

A professora B (2017) disse que suas maiores dificuldades eram a “falta de apoio de alguns familiares”, porém ela disse também que entendia “a dificuldade individual de cada um, e “a quantidade de alunos especiais em sala, superior ao permitido por lei”. O professor C (2017) disse que atualmente não via “dificuldades em trabalhar com as crianças que

apresentam necessidades educativas especiais” e que considera que “a escola apresenta recursos adequados e pessoal com uma boa formação para trabalhar com essas crianças.

Foi possível analisar, de acordo com as respostas dos sujeitos da pesquisa, as maiores dificuldades enfrentadas pelos mesmos, de acordo com a função de cada um deles na escola, para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula.

A diretora e a professora B (2017) citaram a dificuldade de trabalhar em parceria com as famílias, que muitas vezes não colaboram ou até mesmo negam a deficiência dos filhos e esta parceria é essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos. Segundo Nielsen (1999),

Para que as crianças tenham uma experiência educativa compensadora, os pais têm de ser também envolvidos no processo de inclusão. O professor, antes da colocação da criança na classe regular, deve convocar reuniões com os pais e deve, igualmente, convidá-los a visitar a classe em questão. É de primordial importância abrir portas de comunicação com os pais (NIELSEN, 1999, p. 25).

A coordenadora pedagógica (2017) apontou a dificuldade relacionada à formação inicial e continuada para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Segundo Gomes e Terra (2013, p. 113), “a formação inicial e continuada dos docentes frente ao processo de inclusão escolar são variáveis e premissas decisivas para o sucesso e a efetivação das leis inclusivas de nossas instituições escolares”. Percebemos que a escola pesquisada incentiva e apoia os professores que buscam formação continuada, e que, apesar das dificuldades, muitos deles procuram realizar essa formação.

A professora B (2017) apontou também a dificuldade relacionada à “quantidade de alunos especiais em sala, superior ao permitido por lei”. O Despacho conjunto nº 373/2002, estabelece que “[...] as turmas com alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado de qualquer nível de ensino, serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições”. Segundo as informações dadas pelos professores, algumas salas de aula da escola estão com mais de 2 alunos com necessidades educativas especiais, o que dificulta bastante o trabalho dos professores.

A diretora (2017) citou também a dificuldade que “se refere ao alcance de materiais adequados para aplicação de cunho pedagógico” e as “dificuldades com relação à resistência de alguns professores no que tange à adaptação do currículo individual de cada aluno”.

Analisando todas as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, pode-se concluir que a escola pesquisada realmente atende os alunos com deficiência de forma satisfatória, embora muita coisa ainda precise melhorar, e procura seguir as recomendações das leis, com exceção

ao que se refere à quantidade de alunos com necessidades educativas especiais em cada sala de aula, que em algumas salas é superior ao permitido por lei, devido à demanda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho surgiu a partir do interesse pela educação de crianças com deficiência, foi estimulado por situações vivenciadas no trabalho com reforço escolar, tendo um caso específico de um aluno como maior motivador, e teve como objetivos específicos refletir sobre o papel da gestão pedagógica no processo de construção de escolas inclusivas, identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar com essa inclusão e comparar a forma como esse processo está ocorrendo em uma escola pública de João Pessoa-PB com as recomendações de documentos oficiais a esse respeito.

Foram realizados alguns estágios supervisionados nesta escola no decorrer do curso, nos quais foi possível observar a presença de muitos alunos com deficiência inseridos nas salas de aula regulares e em todas as atividades da mesma. Também foi possível observar a importância da inclusão na vida dessas crianças e no seu desenvolvimento, assim como também a importância da mesma para as outras crianças, que acabam aprendendo a conviver com as diferenças, e essa observação também nos ajudou a analisar a forma como o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula regulares vem ocorrendo nesta escola.

Os dados analisados na pesquisa foram obtidos através de um questionário respondido pela diretora da escola, a coordenadora pedagógica e três professores com alunos com deficiência em suas salas de aula e, de acordo com os mesmos, ainda existem desafios a serem enfrentados, mas em âmbito geral as crianças com deficiência são muito bem atendidas na instituição.

Atendendo aos objetivos específicos da pesquisa, as respostas fornecidas pelos sujeitos tornaram possível a reflexão sobre o papel da gestão pedagógica no processo de construção de escolas inclusivas, a identificação das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores nesse processo e a comparação do mesmo, na escola pesquisada, com as recomendações de documentos oficiais que tratam do tema em questão.

A pesquisa buscou saber como está ocorrendo o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula regulares da escola pesquisada e todos os sujeitos questionados responderam que esse processo ocorre de forma satisfatória naquela instituição, sendo que

alguns citaram algumas dificuldades que ainda existem e precisam ser trabalhadas, especialmente no que diz respeito à parceria com as famílias, que nem sempre contribuem com uma participação efetiva, ao preparo dos profissionais, especialmente os professores e à quantidade de alunos com deficiência em cada sala de aula, que em algumas salas é maior que o recomendado nos documentos oficiais que tratam do tema.

De acordo com os resultados da pesquisa, foi possível alcançar os objetivos propostos na mesma e concluir, através das observações realizadas na escola, das respostas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa e das análises das mesmas, feitas a partir do referencial teórico aqui apresentado, que o processo de inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula regulares ocorre, na escola pesquisada, o mais próximo possível do que recomendam as leis que tratam do assunto em nosso país, apesar das dificuldades apresentadas, como a falta de parceria com algumas famílias de alunos com NEE, a resistência de alguns professores quanto à adaptação do currículo individual de cada aluno, a dificuldade de aquisição de material adequado, a quantidade de alunos com NEE em sala de aula superior ao permitido por lei e a formação inicial dos professores, que é insuficiente para prepará-los para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula regulares, mas este é um problema nacional, não é apenas da escola pesquisada. Todos os cursos de formação inicial para professores deveriam ter em seus currículos disciplinas referentes à educação especial e inclusão, para que os professores não tivessem tanta dificuldade em trabalhar com a educação inclusiva.

Esta pesquisa pode trazer contribuições significativas, mostrando a realidade de uma escola pública da cidade de João Pessoa em relação ao tema pesquisado e gerando reflexões sobre o mesmo e sobre o que poderia ser feito para melhorar essa realidade e colaborar com uma educação inclusiva de qualidade para todos. Com a realização da mesma foi possível aprender que a realidade, muitas vezes, é bem diferente de tudo o que nos é garantido por lei, mas também foi possível aprender que, quando se trabalha com responsabilidade, dedicação, respeito à profissão e boa vontade, é possível realizar um trabalho de qualidade em uma escola pública.

A pesquisa trouxe ainda a certeza de que, apesar de toda a responsabilidade, do trabalho que se tem como educador e dos desafios enfrentados pela falta de comprometimento da grande maioria dos nossos governantes com a educação, vale muito a pena lutar e fazer a nossa parte como um profissional comprometido para colaborar para que a educação do nosso país tenha um futuro melhor, não apenas para as crianças com deficiência, mas para todas as crianças.

Trabalhar com crianças com deficiência não é uma tarefa fácil, pois, além de muito preparo do professor em relação a sua formação e planejamento das atividades de acordo com as necessidades de cada uma dessas crianças, é um trabalho que necessita especialmente de muito amor, compreensão, paciência, dedicação e respeito às diferenças. É de tudo isso em conjunto que vai depender o sucesso educacional dessas crianças, dentro dos limites da capacidade de cada uma delas, fazendo com que as mesmas possam ter a chance de se sentirem realmente incluídas na sociedade em que vivem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988. art. 205). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N. 4 CNE/CP**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2135-rceb004-09resolucao04-cne&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2135-rceb004-09resolucao04-cne&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 30 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Brasil, **CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016** Notas Estatísticas. Brasília-DF/Fevereiro de 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_e\\_statisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_e_statisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão: Lei nº 13.146/2015**. 06 de julho. 2015. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. MEC. SEF. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

\_\_\_\_\_. **Despacho conjunto nº 373/2002** – 23 de abr. de 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Senado, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.035**, de 19 de janeiro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação. De João pessoa. Semanário Oficial, 14 a 20 de junho de 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRENNAND; ROSSI (Org.). **TRILHAS DO APRENDENTE**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2011, v. 8, t. 2, p. 650.

DALL'ACQUA, M. J. C.; VITALIANO, C. R. Análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Revista Teias** - v. 13, n. 27, pp. 103-121, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124958/ISSN1518-5370-2012-13-27-103-121.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1ª ed. Biblioteca da Pesquisa.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. Organizadoras. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. 1ª edição: 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

GODOY, A. S. PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS. **Revista de Administração de Empresas** - São Paulo, v. 35, n.3, pp. 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

GOMES, C. G.; TERRA, R. N. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5629/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA E SUA REPERCUSSÃO NO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS ( \*). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, p. 168-178, dez.2008 - ISSN: 1676-2584.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Promove a Justiça. In: **Nova Escola**, maio de 2005. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. AS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.461-487, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n.01, p. 07-17, out. 2005.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: **A formação docente na perspectiva da inclusão**. IX Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores – 2007. UNESP. Disponível em: <[www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf](http://www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

- 1- Como está ocorrendo o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de aula desta escola?
  
- 2- O Projeto Político Pedagógico da escola apresenta algum projeto específico relacionado a este tema?
  
- 3- Como a coordenação pedagógica da escola acompanha o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de aula e como orienta os professores para o desenvolvimento desse processo?
  
- 4- Como é feito o acompanhamento pedagógico do desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças na escola?
  
- 5- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por você, de acordo com a sua função nesta escola, para trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais na sala de aula?